Marx, Engels Lenin e as Classes Sociais

Quando Lenin, em "Um grande começo: o heroísmo dos trabalhadores na retaguarda", afirmou que as classes sociais "se diferenciam pelo lugar que ocupam na estrutura produtiva da sociedade", não dizia qualquer novidade nem foi necessário que explicasse, aos leitores, o que queria dizer. Nos primeiros anos do século 20, a concepção predominante entre os revolucionários era ainda basicamente a de Marx e Engels, quando o assunto eram as classes sociais e suas lutas. O que determina as classes sociais é o modo como a sociedade produz. Determina, até mesmo, se as classes sociais irão ou não existir. Como tudo na sociedade (por vezes imediatamente, outras vezes, indiretamente), também as classes sociais têm sua origem em como o trabalho se organiza .

O trabalho é, para Marx, Engels e Lenin, diferente de emprego. Trabalho é a atividade que transforma a natureza nos meios de produção (ferramentas, máquinas etc.) e de subsistência (alimentos, moradia etc.). O trabalho pode ter muitas formas e envolver diversos empregos. Por outro lado, muitos empregos não são trabalho. Veremos como o modo de trabalhar determina como serão as classes sociais.

O primeiro trabalho: a coleta

As sociedades primitivas conheceram a primeira forma de trabalho: a coleta. Era ainda tão primitiva, produzia tão pouco, que todos tinham que coletar o que encontravam na natureza. Ou seja, esta primeira forma de trabalho obrigava a que todos ocupassem o mesmo lugar na estrutura produtiva: todos coletavam, todos trabalhavam. Não havia, portanto, a diferenciação dos membros da sociedade pelo lugar que ocupavam na estrutura produtiva. Não havia, por isso, classes sociais.

Isso não quer dizer que não houvesse, já, alguma divisão de tarefas e que as diferenças biológicas entre homens e mulheres, velhos e crianças, não jogassem algum papel na organização das tarefas cotidianas. Todavia, essas diferenças não impunham o poder de um indivíduo sobre o outro. Havia, também, grandes diferenças entre as tribos e bandos: as línguas, as religiões, a arte etc. Essas diferenças, contudo, não anulam o fato de que o trabalho de coleta impunha os limites e as possibilidades de desenvolvimento a estas sociedades: todas se organizavam em pequenos bandos ou

¹ Lenin, Collected Works, Moscou, 1965, vol. 29, pg. 421.

tribos, não tinham classes sociais, nenhuma delas conheceu o Estado, nem a família monogâmica (o patriarcalismo) ou a política.

Escravos e senhores de escravos

As sociedades primitivas foram substituídas pelas sociedades escravistas. As sociedades escravistas possuem uma característica especial: os seus membros se distinguem pelo lugar que ocupam na estrutura produtiva. Agora, a maior parte da sociedade trabalha e, a riqueza produzida, se concentra nas mãos de uma minoria de privilegiados, a classe dominante. Para se apropriar da riqueza produzida pelos escravos, é indispensável a violência cotidiana. Apenas – e tão somente – pela violência, uma sociedade pode colocar a riqueza produzida pela maioria nas mãos de uma minoria parasita. Para organizar a aplicação desta violência, a classe dominante criou o Estado. Este é formado pelo conjunto de burocratas, forças repressivas (polícia, exército, torturadores, carcereiros, espões etc.) e funcionários da justiça (legisladores, juristas, advogados etc.).

Os funcionários do Estado auxiliam a classe dominante a expropriar a riqueza produzida pelos trabalhadores. Na enorme maioria dos casos, são assalariados. Tal como a classe dominante, também os seus auxiliares assalariados vivem da riqueza produzida pelos escravos. Essa será uma das características presentes em todas as sociedades de classe: os assalariados são, em larga medida, aliados da classe dominante, a auxiliam a explorar aqueles que produzem a riqueza e, em troca, recebem algumas migalhas sob a forma de salários.

O trabalho escravo determinou o essencial de todas as sociedades escravistas². Como o escravo, independente do quanto produz, fica com o mínimo necessário à sua sobrevivência, a forma mais comum do escravo se revoltar contra sua exploração é pela sabotagem. Ele faz de tudo para que a produção seja a menor possível. Por isso, não há possibilidade de melhorar a produtividade dos escravos: eles sempre irão sabotar o quanto conseguirem.

Dessa impossibilidade em aumentar a produtividade do escravo decorrem duas consequências importantíssimas.

² Não confundir com as sociedades escravistas as sociedades capitalistas que empregaram o trabalho escravo nas suas colônias, como aconteceu no Brasil, na América Latina e em várias outras partes do mundo, a partir de 1400 ou 1500.

A primeira: o senhor só pode se enriquecer se for capaz de explorar uma quantidade cada vez maior de escravos. Essa necessidade traz a segunda consequência: é preciso a conquista de cada vez mais territórios e cada vez mais povos. Em uma palavra, as sociedades escravistas são impérios expansionistas. Por isso, todas as sociedades escravistas necessitam de exércitos cada vez maiores e, o custo da manutenção desse poderio crescente torna-se, a partir de um determinado estágio, muito maior do que toda a riqueza produzida pelos escravos. Essa a causa da crise que marca a decadência de todas as sociedades escravistas -- até que, desaparecida uma, outra tome o seu lugar.

Babilônia cedeu lugar ao Egito, este foi deslocado pela Fenícia e, principalmente, pela Pérsia. O império persa foi contido pelos gregos; a decadência destes abriu espaço para Alexandre da Macedônica, Cartago e, depois, para Roma. De império a império, as sociedades escravistas cumpriram o determinado pela sua essência. O trabalho escravo as fez imperialistas, expansionistas e, daí, sua trajetória comum de expansão seguida por uma decadência irreversível.

Ainda que muito diferentes entre si, as sociedades escravistas, sem exceção, foram compostas de quatro classes, essencialmente: camponeses livres, escravos, assalariados auxiliares da classe dominante e senhores de escravos. As duas primeiras classes produziam toda riqueza, as duas últimas parasitavam esta riqueza. Todas as sociedades escravistas eram imperialistas e viveram ciclos de desenvolvimento e decadência. Essas características essenciais de todas as sociedades escravistas decorrem da forma como é nelas organizado o trabalho: o trabalho escravo.

Servos e senhores feudais

De modo semelhante a como o trabalho de coleta determinou o essencial das sociedades primitivas e, o trabalho escravo, fez o mesmo para as sociedades escravistas, o trabalho do servo medieval determinou o essencial das sociedades da Idade Média.

Diferente do escravo, o servo é proprietário de suas ferramentas, trabalha sempre o mesmo pedaço de terra e uma parte de sua produção (cerca de 1/5) lhe pertence. Aumentar a sua capacidade produtiva, quer pela melhoria das ferramentas, das sementes e das técnicas de plantio, quer pela melhor organização do trabalho, é interesse direto dos servos. Quanto mais produzissem, maior seria o seu 1/5. Ao contrário do escravo que sabotava a produção, o servo tem interesse no aumento da produção. A consequência foi um desenvolvimento das forças produtivas que, nunca, a humanidade havia antes experimentado. Em pouco mais de 3 séculos, o feudalismo estava dando os seus melhores

resultados, os feudos se tornaram economicamente eficientes, a população crescia e o comércio começava a dar seus primeiros passos.

Vimos como as sociedades escravistas entraram em uma crise mortal quando atingiram um dado nível de desenvolvimento. Também o feudalismo conheceu algo parecido. Ao atingir seu apogeu, o crescimento da população fez com que houvesse trabalhadores demais nos feudos. Não havia terra nem trabalho para todos. Ao mesmo tempo, o aumento da produção fez com que, aquilo que cada feudo produzia, o fizesse em uma quantidade muito acima de suas necessidades. Ou seja, nem todos os feudos produziam trigo, mas os que o faziam produziam mais do que suas necessidades; nem todos produziam sal de cozinha, mas aqueles que o faziam tinham uma produção maior do que seu consumo, e assim por diante. Trabalhadores demais e produção em excesso: o feudalismo conheceu a sua grande crise.

Os senhores feudais (o maior deles era a Igreja Católica), então, expulsaram aqueles trabalhadores de que não mais necessitavam. Sem terem do que viver, acaram por descobrir algo, para eles, surpreendente – quase mágico. 1 saco de trigo, em um feudo com muito trigo, valia, por exemplo, 2 sacos de cevada em outro feudo com muita cevada, mas sem trigo. No feudo com muito trigo, mas sem cevada, os dois sacos de cevada (comprados com 1 saco de trigo) valiam – milagrosamente -- 2 ou 3 sacos de trigo!! Ou seja, sem plantarem nada, sem produzirem nada, apenas levando os produtos de um lugar para o outro, sua riqueza aumentava a cada troca. Hoje sabemos que isso é apenas a ação da lei da oferta e da procura. Naquela época, essa lei do mercado já estava em ação, porém era desconhecida. Com frequências as coisas são assim na história: fazemos coisas que apenas depois somos capazes de compreender inteiramente.

Foi assim que surgiram a burguesia e o capital da crise do feudalismo.

Burgueses, pequeno burgueses e proletários

O crescimento do capital revolucionou toda a humanidade. Entre os séculos 15 e 19, levou à formação do mercado mundial, à transformação das manufaturas em indústrias e à substituição da sociedade feudal pela sociedade burguesa.

Para o desenvolvimento das classes sociais, a consequência mais decisiva foi o surgimento de uma nova forma de trabalho, o trabalho proletário. Assim como o servo produzia mais lucros para a sua classe dominante do que os escravos, o trabalho proletário será uma fonte de riqueza muito

maior para a burguesia. Os trabalhadores foram convertidos de servos em trabalhadores proletários que – independente do que produzem (sapatos, tijolos, bombas atômicas etc.) – produzem, de fato, apenas mercadorias. A sociedade foi transformada em uma "enorme coleção de mercadorias".

Em outras palavras, a passagem do feudalismo ao capitalismo é a passagem a um novo modo de trabalho: o trabalho proletário. Tal como o escravo e o servo, o proletário será o responsável pela produção de toda a riqueza da sociedade; tal como o escravo e o servo, o proletário realiza o trabalho manual sem o qual não há transformação da natureza em meios de produção e de subsistência (o essencial à reprodução de qualquer sociedade). Tal como o escravismo e o feudalismo, também no capitalismo a classe dominante é aquela que se apropria da riqueza produzida pela classe que trabalha. (Lembre do que vimos no início: trabalho é diferente de emprego.)

Ainda mais: tal como nas sociedades de classe do passado, também a burguesia necessita de auxiliares para manter a expropriação do proletariado. Como no passado, estes auxiliares são assalariados. No escravismo e no feudalismo, estes assalariados eram relativamente poucos se comparados a hoje; exerciam "profissões" distintas (feitores de escravos etc.) das que hoje os assalariados exercem. Isso, contudo, em nada altera o fato de que a riqueza que paga seus salários é aquela que a burguesia expropriou dos proletários. Esses assalariados, com distintas profissões e níveis salariais, Marx, Engels e Lenin denominavam de pequena-burguesia. No *18 Brumário de Luis Bonaparte*, Marx chama esse conjunto de assalariados de "classes de transição" (transição entre a burguesia e o proletariado, claro).

Ainda que o proletário produza toda a riqueza da sociedade, ainda que a burguesia se aproprie dessa riqueza e, com uma parte, pague o salário da pequena burguesia, o fato de os proletários também serem assalariados gerou uma grande confusão. Pois como, no dia a dia, a luta que se trava é quase sempre pelo aumento do salário, parece que a luta do proletário e da pequena-burguesia é exatamente a mesma.

Apenas na aparência é a mesma. De fato, trata-se de lutas muito distintas. A pequena-burguesia luta para que uma maior parte da riqueza expropriada do proletariado pela burguesia seja transferida a ela através de um aumento dos seus salários. A pequena-burguesia luta, portanto, pela manutenção da expropriação dos proletários, pela manutenção do capitalismo. São essas lutas que Lenin, em *O que fazer?*, chamava de economicistas e espontâneas, de reformistas.

Ao contrário, os proletários apenas podem se livrar de sua condição se deixarem de ser explorados pela burguesia, ou seja, se deixarem de ser os fornecedores da riqueza que sustenta a burguesia e os seus auxiliares assalariados. O que implica na superação do capitalismo. Esta é a luta revolucionária, não reformista: isso é o que distingue, essencialmente, a luta revolucionária do proletariado da luta reformista, por melhores salários da pequena-burguesia.

O fato de os proletários serem assalariados não os converte em pequenos burgueses: são uma classe social distinta dos demais assalariados porque ocupam um lugar diferente na estrutura produtiva. O fato de os pequeno-burgueses serem assalariados não os converte em proletários: eles não produzem a riqueza que sustenta toda a sociedade.

Por isso, todas as teorias contemporâneas que afirmam que existem apenas duas classes sociais, uma que paga salários e outra que recebe, não passam de um grande engodo. No fundo, quer seus autores assim o queiram ou não, servem à burguesia ao afirmarem que a revolução não seria mais proletária – pois, alegam, o proletariado teria sido substituído pelos assalariados em geral.

Três consequências

Do trabalho proletário decorrem algumas importantes consequências para as lutas de classe dos nossos dias.

Em primeiro lugar, a luta mais radical dos pequeno-burgueses não pode ir além da luta pela elevação dos seus salários. A razão, nós já vimos: a pequena burguesia, tal como a burguesia, vive da riqueza produzida pelo proletariado. Por isso, a contradição entre a pequena burguesia e a burguesia pode ser administrada por um acordo ao redor do aumento dos salários.

Em segundo lugar, que entre a burguesia e a pequena burguesia, de um lado e, de outro, o proletariado, há uma contradição muito diferente: os proletários apenas podem deixar sua condição de explorados com o fim do capitalismo. O fim da sua exploração é o fim do capitalismo. Por isso, entre o proletariado e a burguesia há uma contradição que não pode ser resolvida por qualquer aumento de salários, que só pode ser resolvida pela revolução proletária. Isto é, uma revolução que termine com a exploração do proletariado pela burguesia. Uma revolução que coloque todos a trabalhar e, desde modo, que os seres humanos não mais se diferenciem pelo lugar que ocupam na estrutura produtiva: as classes sociais seriam, por esta revolução, superadas. Sem classes sociais, não

mais haveria o Estado, nem a família monogâmica (o patriarcalismo), nem a propriedade privada. Esta é a definição da sociedade comunista.

Em terceiro lugar, tal como o fim dos escravos e dos servos foi também o desaparecimento das suas classes dominantes, o proletariado apenas será extinto da história com o fim da burguesia. Não faz qualquer sentido (como fazem hoje importantes intelectuais e correntes políticas) falar do fim do proletariado sem falar, também, do fim da burguesia. Estas duas classes apenas existem na contraposição de uma com a outra.

As classes sociais, portanto, são grupos de indivíduos que se diferenciam pelo lugar que ocupam na estrutura produtiva. A estrutura produtiva é determinada pelo trabalho. A coleta, a primeira forma de trabalho, está na base das sociedades primitivas, sem classes. O trabalho do escravo é a base para a sociedade escravista, com os senhores de escravos e os escravos. Na base da sociedade feudal temos o trabalho do servo que dá origem aos senhores feudais e os servos. E o trabalho proletário é a base da sociedade dos nossos dias, composta essencialmente por burgueses, pequeno-burgueses e proletários.

Várias questões sobre as classes sociais que ficarão para os próximos artigos. 1) se a sociedade primitiva era igualitária e muito mais justa que as sociedades de classe, por que as classes sociais hoje predominam em todo o planeta e, as sociedades igualitárias, desapareceram?

2) como, na sociedade burguesa, os trabalhadores assalariados se diferenciam entre si e, por outro lado, quais as diferenças no interior do proletariado? Qual a importância destas diferenças para as lutas de classe do presente?

3) se os escravos e os servos não eram classe revolucionária, porque o proletariado é a classe revolucionária dos nossos dias? Por que não foram os servos, mas os burgueses, que compuseram a classe revolucionária na transição do feudalismo ao capitalismo?

Dicas para estudo: dos textos de Marx e Engels, para nosso tema, os mais importantes são *A ideologia alemã* (a primeira parte), o *Manifesto Comunista*, *Salário Preço e Lucro* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. (Em geral, as traduções de Marx e Engels da Expressão Popular são superiores as da Boitempo.) Do debate contemporâneo, na defesa de que todos os assalariados fariam parte de uma mesma classe e o proletariado teria desaparecido enquanto tal, os dois textos mais importantes são o de Braverman *Trabalho e Capitalismo Monopolista* e o de Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho*. Na

posição oposta, defendendo que o proletariado e os assalariados compõem distintas classes sociais e o proletariado continua sendo a classe revolucionária, temos de Ivo Tonet e de Sergio Lessa, *Proletariado e Sujeito Revolucionário* (publicado pelo Instituto Lukács) e, do último, *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. (Ed. Cortez)